

A fábula da raposa

JAIME CORREIA DE SOUSA*

A raposa e o lenhador

Uma raposa era perseguida por uns caçadores, quando viu um lenhador e suplicou-lhe que a escondesse. O homem então aconselhou-a a entrar na sua cabana. De imediato chegaram os caçadores, e perguntaram ao lenhador se tinha visto a raposa.

Com a voz ele disse que não, mas com a sua mão mostrava disfarçadamente onde ela se tinha escondido.

Os caçadores não compreenderam os sinais da mão e confiaram no que o lenhador disse com as palavras.

A raposa, ao vê-los irem embora, saiu sem dizer nada.

O lenhador censurou-a porque, apesar de a ter salvo, não tinha agradecido, ao que a raposa respondeu: – Agradeceria se as tuas mãos e a tua boca tivessem dito o mesmo.

Moral da história: Não negues com teus actos, o que pregas com tuas palavras.

Esopo (± 620 a.C.)¹

A discussão sobre a reforma dos serviços de saúde tem estado na ordem do dia não só em vários países da Europa como também nos Estados Unidos. São várias as instituições, entidades governamentais, estruturas financiadoras ou organizações profissionais que nos últimos anos têm promovido novos debates sobre modelos organizacionais, de financiamento e de pagamento dos profissionais²⁻³.

A *American Academy of Family Physicians*, lançou um amplo debate a nível nacional sobre o desenvolvimento de estratégias para transformar e renovar a disciplina de medicina familiar de forma a ir de encontro às necessidades dos pacientes num ambiente de saúde em transformação⁴⁻⁶.

No Reino Unido, o *National Health Service* esforça-se por satisfazer as necessidades dos cidadãos enquanto os

custos continuam a aumentar, discutindo-se se o actual sistema de financiamento com base em impostos se deve manter ou se deve ser substituído por um sistema baseado num seguro social⁷.

O governo Trabalhista, eleito em 1997, opôs-se ao mercado interno, defendeu a separação dos papéis de organização e prestação de cuidados, colocou a tónica na tomada de decisão baseada nos cuidados primários e defendeu uma procura contínua de melhorias de efectividade clínica e de custos. Os Trabalhistas dão mais importância ao trabalho em parcerias do que à competição e prestam mais atenção à eliminação de desigualdades em saúde, ao contrário do que fazia o governo Conservador⁸. Falta ainda avaliar o sucesso destas políticas em atingir os objectivos propostos.

Entre nós, a discussão sobre a re-organização dos Cuidados de Saúde Primários arrasta-se há vários anos. Desde o lançamento do «Livro Azul»⁹ em 1990, a APMCG colocou o debate num nível conceptual diferente abrindo as portas a uma forma de organização da medicina geral e familiar mais próxima do modelo defendido pela profissão organizada a nível Europeu¹⁰⁻¹¹.

Através de uma pressão constante sobre os sucessivos governos, sustentada num debate abrangente com as lideranças profissionais e as organizações médicas representativas, foi possível elevar progressivamente o nível conceptual sobre as mudanças a promover para melhorar a organização e o exercício da medicina geral e familiar¹²⁻¹⁴. Em matéria legislativa observaram-se progressos substanciais, à medida que a consciência colectiva permitiu que as ideias e conceitos, entretanto já sustentados em experiências concretas no ter-

*Director da Revista Portuguesa de Clínica Geral

reno, fossem ganhando capacidade de influenciar, quer os líderes de opinião, quer os legisladores¹⁵⁻¹⁶.

Apesar desta influência positiva, a resposta dos governantes em matéria de produção de legislação sobre cuidados de saúde primários tem sido inconsequente. Assistiu-se não só à publicação de diplomas legais de conteúdo contraditório com as afirmações públicas dos seus autores sobre os objectivos das reformas, como também à publicação de legislação de teor aceitável, rapidamente contrariada pela prática ou pelo discurso dos políticos.

Uma das características mais importantes da actividade de governação na área da saúde é que esta tem sido quase sempre pautada pela alternância de concepções políticas de pendor ora mais liberal ora mais social dos sucessivos governos e não apoiada em conhecimento gerado pela avaliação das experiências e avanços organizacionais, ou pelo conhecimento sobre práticas de sucesso noutros países. Aliás, a falta de informação credível que permita uma governação baseada na evidência é uma das debilidades estruturais mais importantes do SNS Português.

A falta de vontade e capacidade política para concretizar as reformas preconizadas, associada à cedência a grupos de interesse, à resistência do aparelho de estado e às oscilações de orientação, por vezes dentro da mesma linha política de governo, tiveram como consequência que nenhuma das reformas foi, de facto, implementada. As alterações constantes de orientação, as sucessivas mudanças de responsáveis, a produção de diplomas e directivas contraditórias, as barreiras e resistências à mudança, desorientam e desmoralizam os profissionais, e podem vir a dificultar, no futuro, a adesão a novas propostas de mudança.

Foi neste contexto que o actual governo se propôs levar a cabo as reformas prometidas durante a campanha elei-

toral e no programa de governo. De acordo com esse programa, será «*prioridade do Governo continuar a reforma estrutural do sector da saúde, de forma a criar um verdadeiro Sistema Nacional de Saúde em Portugal, focalizado no primado do cidadão*¹⁷.»

A rápida revogação do famigerado Decreto-Lei 60/2003, que criava a Rede de Cuidados de Saúde Primários¹⁸⁻¹⁹, a criação de um Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários²⁰, que produziu rapidamente um documento que se encontra em debate público²¹ e a recente nomeação de Luís Pisco para a chefia da Unidade de Missão responsável pela reforma dos Centros de Saúde²² representam iniciativas do Ministro da Saúde que parecem trazer uma aparente vontade de cumprir as promessas.

O documento produzido pelo Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários representa um avanço significativo em relação à forma de organizar os centros de saúde, com particular ênfase em relação ao papel das unidades de saúde familiar.

Habitados a tantas promessas não cumpridas, a tantas acções que contrariam afirmações públicas de intenção e a tantos actos que negam as palavras proferidas, esperamos todos que, desta vez, tal como na fábula de Esopo, o lenhador não consiga tramar a raposa. Não faltarão por esse País fora aprendizes de lenhador que tudo farão para impedir a reforma, ao mesmo tempo que se apresentam como seus maiores defensores. Mas as raposas são animais matreiros, habituadas a iludir os caçadores e continuarão o seu caminho até chegarem ao seu destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Acedido em 2005, Agosto 27. Disponível em: URL: <http://www.graudez.com.br/litinf/autores/esopo/esopo.htm>
2. Dixon A, Mossialos E, editors. Health

Care Systems in Eight Countries: Trends and Challenges. Report for HM Treasury. Copenhagen: European Observatory on Health Care Systems; 2002.

3. Thomson S, Dixon A. Choices in health care: the European Experience. *Euro Observer* 2004; 6 (4): 1-4.

4. Martin JC, Avant RF, Bowman MA, Bucholtz JR, Dickinson JR, Evans KL, et al; Future of Family Medicine Project Leadership Committee. The Future of Family Medicine: a collaborative project of the family medicine community. *Ann Fam Med* 2004 Mar-Apr; 2 Suppl 1:S3-32.

5. Bindman AB, Majeed A. Primary care in the United States: organisation of primary care in the United States. *BMJ* 2003 Mar 22; 326 (7390): 631-4.

6. Spann SJ; Task Force 6 and the Executive Editorial Team. Report on financing the new model of family medicine. *Ann Fam Med* 2004 Dec 2; 2 Suppl 3: S1-21.

7. McKee M, Dixon A, Mossialos E. Social insurance – the right way forward for health care in the United Kingdom? *Against. BMJ* 2002 Aug 31; 325 (7362): 488-90.

8. Robinson R, Dixon A. Health Care Systems in Transition: United Kingdom. Copenhagen: European Observatory on Health Care Systems; 1999.

9. Associação Portuguesa dos Médicos De Clínica Geral, direcção Nacional. Um futuro para a Medicina de Família em Portugal. *CADERNOS ESPECIAIS*. Lisboa: APMCG; 1990.

10. World Organization of Family Doctors (WONCA). A Definição Europeia de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral/ Medicina Familiar) [acedido em 2005, Agosto 27]. Disponível em: URL: <http://www.apmcg.pt/document/71479/457322.pdf>

11. Sousa JC, Sardinha AM, Perez y Sanchez J, Ribas MJ. Os cuidados de saúde primários e a medicina geral e familiar em Portugal. *Rev Port S Pública* 2001; Volume Temático 2: 63-74.

12. Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, Direcção Nacional. Declaração da Madeira. Lisboa: APMCG; 1998.

13. Associação Portuguesa dos Médicos de Clínica Geral, Direcção Nacional. Medicina Geral e Familiar. Colapso ou ressurgimento. Lisboa: APMCG; 2003.

14. Pisco L. Êxitos e Insucessos da Medicina Geral e Familiar Portuguesa ou o que conseguimos em 20 anos e o que falta conseguir. In: Alves MV, Ramos V, editores. Da Memória. Lisboa: MVA Invent / Píizer/ APMCG, 2003. p. 15-23.

15. Sakellarides C. De Alma-Ata a Harry Potter: um testemunho pessoal. *Rev Port S Pública* 2001; Volume Temático 2: 101-8.

16. Branco AG, Ramos V. Cuidados de Saúde Primários em Portugal. *Rev Port S Pública* 2001; Volume Temático 2: 5-12.

17. Programa do XVI Governo Constitucional [acedido em 2005 Agosto 27]. Disponível em: URL: http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/C1297E7D-A23D-4499-973B-FCBAC8BF40B3/0/Prog_GC16.pdf

18. Conselho de Ministros. Dec-Lei n.º 60/2003, Diário da República, 1ª série A, n.º 77, 1 de Abril de 2003.

19. Conselho de Ministros. Decreto-Lei n.º 88/2005, Diário da República, 1ª série A, n.º 107, 3 de junho de 2005.

20. Conselho de Ministros. Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2005: resolução que cria um grupo técnico para a reforma dos cuidados de saúde primários, Diário da República n.º 81, 1ª Série B, 7 de Abril de 2005.

21. Grupo Técnico para a Reforma dos Cuidados de Saúde Primários. Linhas de acção prioritária para o desenvolvimento dos Cuidados de Saúde Primários. Lisboa: Ministério da Saúde; 2005.

22. RTP. Luís Pisco chefia reforma dos centros de saúde [acedido em 2005 Agosto 26]. Disponível em: URL: <http://www.rtp.pt/index.php?article=193794&visual=5>